



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 56/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0024558/2023-96

Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 3755/2022

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: **68295281**

Processo SLA: 3755/2022

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: Samarco
Mineração S.A.

CNPJ: 16.628.281/0005-95

EMPREENDIMENTO: Samarco
Mineração S.A.

CNPJ: 16.628.281/0005-95

MUNICÍPIO: Mariana / MG

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:

ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN
COPAM 217/17):

CLASSE

CRITÉRIO
LOCACIONAL

A-05-08-4

Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos
em pilha de estéril ou rejeito

A-05-06-2

Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da
mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em
cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem
necessidade de construção de barramento para contenção

3

0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

| | |
|---|------------------|
| Ricardo Vieira Del Peloso - Eng. Florestal | MG20221285653 |
| AUTORIA DO PARECER | MATRÍCULA |
| Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM | 1.269.800-7 |
| De acordo: Mateus Romão Oliveira Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM | 1.363.846-5 |



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 22/06/2023, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karina Idemburgo, Diretor (a)**, em 23/06/2023, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **67087695** e o código CRC **3ECEC275**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

Em 17/10/2022, o empreendimento Samarco Mineração S.A, localizado nos municípios de Ouro Preto/MG e Mariana/MG, formalizou, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 3755/2022, por meio da modalidade “Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS”, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). As atividades a serem licenciadas por meio deste processo foram enquadradas pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como:

- “Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito” (código A-05-08-4), com 3.000.000 t/ano de material a ser reaproveitado.
- “Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção” (código A-05-06-2), com volume de cava de 715.000 m³.

Todas as atividades listadas acima se encontram regularizadas por meio do certificado de LAS/RAS nº 342/2021, todavia, neste certificado, a atividade “reaproveitamento de bens minerais (...)” código (A-05-08-4) foi regularizada com um quantitativo (ou massa) de apenas 29.500 t/ano. Assim, o processo em tela irá tratar de uma ampliação do empreendimento para esta atividade.

Deve-se informar que o artigo 11 da DN Copam 217/2017 dispõe que:

Art. 11 – Para a caracterização do empreendimento deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do licenciamento.

Parágrafo único – Para os empreendimentos detentores de Licença Ambiental Simplificado – LAS, as ampliações serão enquadradas de acordo com as características de tais ampliações e das atividades já existentes, cumulativamente, e a licença a ser emitida englobará todas as atividades exercidas.

Cabe informar também que o artigo 35 do decreto 47.383/2018, em seu § 8º, dispõe que:

§ 8º – As licenças emitidas em razão de ampliação da atividade ou do empreendimento terão prazo de validade correspondente ao prazo de validade remanescente da licença principal da atividade ou do empreendimento.

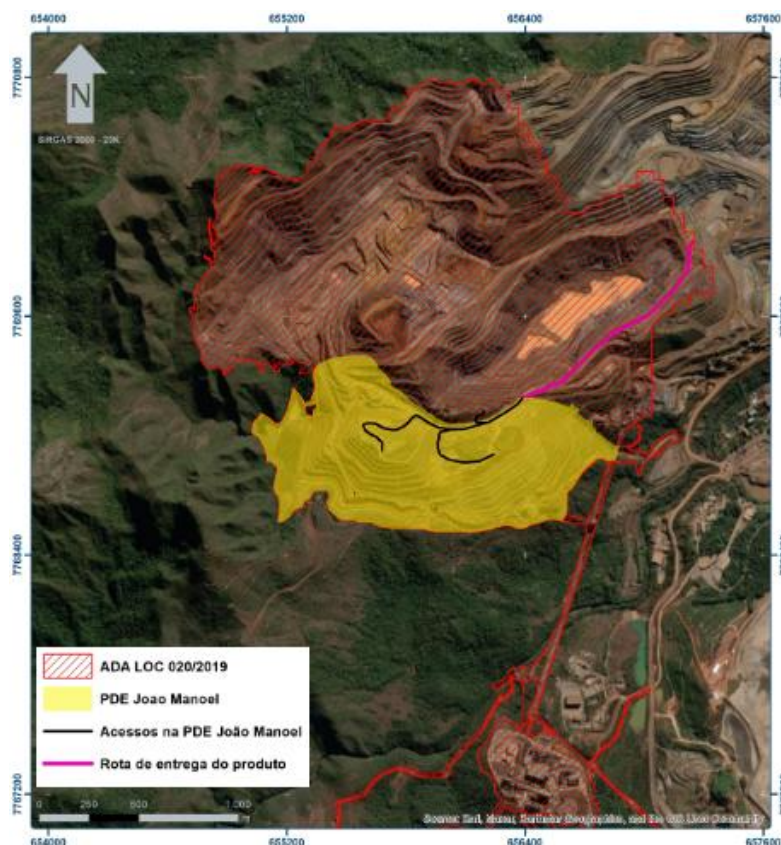
Deste modo, o prazo da licença referente a este processo será o mesmo do certificado de LAS/RAS nº 342/2021, ou seja, 29/04/2030.

Em sua caracterização no SLA, o empreendimento foi enquadrado como sendo de classe 3 com critério locacional 1, todavia, o processo foi instruído o Ofício SEMAD/SUPRAM CENTRAL nº 75/2022, no qual consta manifestação favorável no que se refere à dispensa dos critérios locacionais incidentes (processo SEI 1370.01.0028822/2022-13).

O material a ser reaproveitado trata-se de parte do estéril depositado na estrutura denominada “Pilha João Manoel” (imagem 01 a seguir), situada no complexo minerário Germano. Esta pilha de estéril foi regularizada por meio da licença de operação corretiva

(LOC) de certificado 20/2019. O projeto tem como objetivo principal o reaproveitamento de parte do recurso mineral da Samarco que atualmente não é beneficiado. O produto passará por 02 estágios de britagem e peneiramento, a seco, para geração de um produto passante em 19 mm, que será comercializado para a empresa Vale S.A. Inicialmente, a produção será de 1,5 milhão de t/ano, podendo atingir 3,0 milhões de t/ano em função de demanda de mercado.

Imagem 01: Área do empreendimento.



Fonte: Enviado após pedido de informações complementares.

A remoção do material será realizada por meio mecânico (tratores e carregadeiras) e, conforme informação prestada após pedido de informações complementares (IC), seguirá os mesmos procedimentos operacionais para o desenvolvimento de uma lavra em bancadas. O material retirado da pilha será transportado para uma pilha intermediária, localizada próxima à pilha João Manoel, de onde o material alimentará a planta de beneficiamento para futura comercialização. Segundo informação do empreendedor, a planta de beneficiamento está abarcada no processo de licenciamento do Complexo Germano, certificado de Licença de Operação Corretiva (LOC) 020/2019.

Ressalta-se que em pedido de IC foi solicitada a apresentação de relatório de estabilidade atualizado da “Pilha João Manoel”, elaborado por profissional habilitado e acompanhado de anotação de responsabilidade técnica (ART). Em resposta, foi apresentado o relatório solicitado, elaborado pelo engenheiro de minas João Paulo dos Santos, sob a ART nº MG20221706741, no qual foi informado que:

“Em conformidade à normativa vigente para pilhas, os valores mínimos para os fatores de segurança para as seções de análise para a PDE João



Manoel foram satisfatórios. Sendo assim, declara-se que a estrutura, conforme apresentado neste relatório, apresenta satisfatória estabilidade física/estrutura frente às condições analisadas.”

A água a ser utilizada no consumo humano e na aspersão de vias será disponibilizada por meio de caminhões pipa.

Quanto aos impactos ambientais inerentes à atividade e informados no RAS, tem-se a geração de efluentes sanitários, de emissões atmosféricas, de ruídos e de resíduos sólidos.

Os efluentes sanitários gerados no complexo minerário Germano são destinados às estações de tratamento de esgotos (ETEs) do próprio empreendimento.

Quanto às emissões atmosféricas, a geração de particulados proveniente da movimentação de veículos é mitigada por meio de aspersão de água. A geração de gases veiculares é mitigada por meio de manutenção periódica de veículos, máquinas e equipamentos.


No que se refere à geração de ruídos pela utilização de veículos, máquinas e equipamentos, a mitigação também é realizada por meio de manutenção periódica nos mesmos.

Quanto aos resíduos sólidos, foram citados no RAS apenas os de característica doméstica, tendo sido informado que estes resíduos são acondicionados em sacos plásticos e armazenados em coletores plásticos. Destaca-se que a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento é de responsabilidade do gerador (empreendedor).

Ressalta-se que trata-se de um complexo minerário já instalado e em operação e, portanto, novos impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS. O programa de auto monitoramento do complexo minerário Germano (efluentes líquidos sanitários e oleosos, monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, resíduos sólidos, qualidade do ar e ruídos) foi estabelecido nas licenças ambientais vigentes e, devido à atividade objeto deste LAS não promover impactos diferentes dos já descritos nas licenças correspondentes ao complexo, não será solicitado programa de auto monitoramento no âmbito deste LAS. Contudo, no caso de desistência ou cancelamento da licença ambiental vigente, o empreendimento deverá dar continuidade ao auto monitoramento e os resultados deverão ser protocolados no âmbito do presente processo.

No que se refere ao cumprimento das condicionantes da licença de certificado de LAS/RAS nº 342/2021, tem-se a seguinte situação:

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo | Situação |
|------|--|---|---|
| 01 | Apresentar relatório técnico da operação de retirada do material da pilha | Semestralmente, durante a vigência da licença | Atendida Protocolos SEI 38363816, 45942476, 56653659 e 66426736. |
| 02 | Apresentar relatório anual da disposição dos rejeitos, as medidas de controle ambiental aplicadas, as condições estruturais e geotécnicas, | Anual Durante a vigência da licença | Atendida Protocolos SEI 28739610, 45713938 e 65032418 |

| | | | |
|--|---|--|--|
|  | GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana | | PT LAS RAS Data: 25/05/2023 Página 4 de 5 |
| | cumprimento de programas de monitoramento conforme apresentado no RAS e possíveis medidas corretivas adotadas. (Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) SLA 1565/2020) | | |
| 03 | Apresentar cópia do protocolo junto à Agência Nacional de Mineração da atualização do Plano de Aproveitamento Econômico contendo o projeto aqui contemplado (Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) SLA 1565/2020) | 5 (cinco) dias antes do início da disposição | Atendida Protocolos SEI 14580418 |

Ressalta-se que a responsabilidade pela elaboração dos estudos está vinculada aos profissionais que o elaboraram e ao empreendedor. Nesse sentido, a Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 11, dispõe:

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, a expensas do empreendedor. Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Deste modo, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Samarco Mineração S.A”, para a realização das atividades “Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito” (código A-05-08-4) e “Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção” (código A-05-06-2) nos municípios de Ouro Preto/MG e Mariana/MG, com o mesmo prazo da licença de certificado LAS/RAS nº 342/2021 (conforme artigo 35 do decreto 47.383/2018, § 8º), cujo vencimento será em 29/04/2030, (conforme já mencionado neste parecer), vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Samarco Mineração S.A”.

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|--|
| 01 | Apresentar relatório técnico, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART), da operação de retirada do material da pilha, seus impactos ambientais e medidas mitigadoras adotadas. | Anualmente, durante a vigência da licença |
| 02 | Apresentar relatório, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART), anual da disposição dos rejeitos, as medidas de controle ambiental aplicadas, as condições estruturais e geotécnicas, cumprimento de programas de monitoramento conforme apresentado no RAS e possíveis medidas corretivas adotadas. | Anualmente Durante a vigência da licença |
| 03 | Apresentar cópia do protocolo junto à Agência Nacional de Mineração da atualização do Plano de Aproveitamento Econômico contendo o projeto aqui contemplado. | Em até 10 dias (dez) dias antes do início do reaproveitamento de bens minerais dispostos em pilha. |
| 04 | Enviar anualmente à Supram Central Metropolitana relatórios mensais comprovando a aquisição de água por caminhão pipa para atender a demanda hídrica do empreendimento, contendo as notas fiscais de aquisição e volume de água adquirido. | Anualmente a partir da publicação da licença |
| 05 | Apresentar certificado de regularização ambiental do uso de água do fornecedor de água para atendimento da demanda hídrica do empreendimento. | 60 dias a partir da publicação da licença |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

MINAS GERAIS

| | |
|--|----------------|
| ANULAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O INCISO I DO ART. 2º DESTE DECRETO: | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA | R\$ |
| 1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.1 | 228.862,05 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO | |
| 1261.12363108-4.203-0001-3390-1-10.1 | 38.381.520,00 |
| 1261.12368151-2.074-0001-3390-0-10.1 | 134,69 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO | |
| 1501.04122095-4.385-0001-4490-0-10.1 | 350.000,00 |
| CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO | |
| 1521.04122705-2.500-0001-3390-0-10.1 | 1.777,00 |
| ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS | |
| 1541.10122705-2.500-0001-3390-0-10.1 | 60.000,00 |
| 1541.10122705-2.500-0001-4490-0-10.1 | 1.400.000,00 |
| 1541.10128009-1.026-0001-3390-0-10.1 | 1.430.000,00 |
| 1541.10128009-4.014-0001-3390-0-10.1 | 1.310.000,00 |
| 1541.10128009-4.014-0001-4490-0-10.1 | 250.000,00 |
| 1541.10571009-4.015-0001-3390-0-10.1 | 50.000,00 |
| DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS | |
| 2301.04122705-2.500-0001-3390-0-60.2 | 6.400.000,00 |
| FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | |
| 4291.10128099-4.243-0001-3391-0-10.1 | 4.500.000,00 |
| 4291.10302157-4.459-0001-3390-1-10.1 | 25.344.191,00 |
| 4291.10302158-4.463-0001-4441-0-10.1 | 21.941.982,00 |
| 4291.10302158-4.465-0001-3341-0-10.1 | 375.524,00 |
| TOTAL DA ANULAÇÃO | 102.023.990,74 |

06 1800137 - 1

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

no uso de suas atribuições, **autoriza RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA**, Controlador-Geral do Estado, a afastar-se de suas atribuições, no período de 10/06/2023 a 17/06/2023, para participar do Grupo de Trabalho da Comunidade de Prática de Auditoria Interna (IACOP), da Rede PEMPAL (Public Expenditure Management Peer Assisted Learning network), em Dures/Albânia, sem prejuízo da remuneração, ficando vedado o pagamento das demais despesas.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

no uso de suas atribuições, **autoriza ELIZABETH JUCÁ E MELLO JACOMETTI**, SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, a afastar-se de suas atribuições, no período de 07/06/2023 a 10/06/2023, para participar da Workshop Regional sobre o fortalecimento dos sistemas estatísticos na América Latina e Caribe, em WASHINGTON/EUA, com ônus para o Estado, observada as diretrizes do Comitê de Orçamento e Finanças.

no uso de suas atribuições, **autoriza MARIANA OLIVEIRA PIMENTEL**, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, a afastar-se de suas atribuições, no período de 07/06/2023 a 10/06/2023, para participar da Workshop Regional sobre o fortalecimento dos sistemas estatísticos na América Latina e Caribe, em WASHINGTON/EUA, com ônus para o Estado, observada as diretrizes do Comitê de Orçamento e Finanças.

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **JOÃO COELHO BRASIL**, para o cargo de provimento em comissão DAD-5 V11100841, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Casa Civil.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **AMANDA DOMINA SILVA FAGUNDES**, MASP 1504949-7, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 V11101404, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Casa Civil.

PELA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

no uso de suas atribuições, **declara extinta**, a partir de 18/5/2023, a prorrogação da disposição de **VICTOR DE LIMA CUNHA COSTA**, MASP 1.389.928-1, lotado na Advocacia-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, pelo período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **DIEGO FERREIRA MARQUES ARAÚJO**, MASP 11587029, a gratificação temporária estratégica GTED-1 JD1100639 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a contar de 01/06/2023.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **DIEGO FERREIRA MARQUES ARAÚJO**, MASP 11587029, do cargo de provimento em comissão DAD-3 JD1100044 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a contar de 01/06/2023.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

no uso de suas atribuições, **torna sem efeito** o ato publicado em 05/05/2023, pelo qual **CRISTIANE SILVEIRA DE LACERDA** foi nomeada para o cargo DAD-4 MD1100669 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **JULIANA MIRANDA SILVA**, MASP 1498416-5, do cargo de provimento em comissão DAD-7 MD1100508 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 20/05/2023.

no uso de suas atribuições, **designa KARINA IDEMBURGO**, MASP 1327266-1, ocupante da função gratificada FGD-5 MD1100304, para responder pela Diretoria Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 02/06/2023 a 29/06/2023.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **SILVIA LIGÓRIO FIALHO**, MASP 1167247-4, para o cargo de provimento em comissão DAI-36 EZ1100026, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **SILVIA LIGÓRIO FIALHO**, MASP 1167247-4, diretora da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, a gratificação temporária estratégica GTEI-7 EZ1100005, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **ANA PAULA CORDEIRO PEREIRA TEIXEIRA**, MASP 1210291-9, diretora da Diretoria Industrial, a gratificação temporária estratégica GTEI-7 EZ1100007, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **ALINE BRANCO MACEDO**, MASP 1083952-0, chefe da Assessoria de Gestão e Integração Institucional, a gratificação temporária estratégica GTEI-5 EZ1100020, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **GLAUCO CARVALHO PEREIRA**, MASP 11699063, diretor da Diretoria do Instituto Octávio Magalhães, a gratificação temporária estratégica GTEI-7 EZ1100006, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **GUILHERME RODRIGUES MOREIRA**, MASP 752819-3, diretor da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, a gratificação temporária estratégica GTEI-7 EZ1100004, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **TALITHA ROSÁLIA CAMPOS VENEROSO DE ASSIS**, MASP 1144335-5, chefe do Gabinete, a gratificação temporária estratégica GTEI-7 EZ1100008, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **JUNIA RODRIGUES DE ALMEIDA**, MASP 1561373-0, chefe da Assessoria de Comunicação Social, a gratificação temporária estratégica GTEI-5 EZ1100019, da Fundação Ezequiel Dias.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **ALDEMIR DE CARVALHO GUIMARAES**, MASP 6694830, chefe da Controladoria Seccional, a gratificação temporária estratégica GTEI-5 EZ1100021, da Fundação Ezequiel Dias.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa GUSTAVO PATROCINIO AMORIM**, MASP 1428048-1, da função gratificada FGD-1 ED1100608 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa MARCELEIA CRISTINA FERREIRA SILVA**, MASP 1268843-8, da função gratificada FGD-4 ED1100299 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa LUCIANA NOMINATO MARQUES**, MASP 556470-3, da função gratificada FGD-1 ED1100455 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa JOSIANE FELIX DOS SANTOS**, MASP 1288837-6, da função gratificada FGD-3 ED1100157 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa PATRÍCIA CRISTINA DA SILVA SCHNELL**, MASP 1.398.317-6, da função gratificada FGD-5 ED1101430 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 18/5/2023.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa ROBERTO JOSÉ RICARDO**, MASP 1096958-2, da função gratificada FGD-5 ED1101030 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa MÁRTIA FERNANDES DE SOUZA COSTA**, MASP 865451-9, da função gratificada FGD-4 ED1100818 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **JOSIANE FELIX DOS SANTOS**, MASP 1288837-6, para a função gratificada FGD-1 ED1100608 da Secretaria de Estado de Educação.

Gabinete Militar do Governador

Chefe do Gabinete Militar: Cel PM Carlos Frederico Otoni Garcia

Expediente

PORTARIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO - PAP Nº 05/2023 – GMG
O TENENTE-CORONEL PM, SUBCHIEFE E ORDENADOR DE DESPESAS DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições previstas no artigo 6º, do Decreto Estadual nº 47.777/19, c/c artigo 22 do Decreto Estadual nº 37.924/96, artigos 41 e 42, da Lei Estadual nº 14.184/02 e Resoluções GMG 73/2023 e 74/2023, CONSIDERANDO QUE:

I - a empresa TRO LOCAÇÕES DE PIPA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.503.918/0001-75, doravante denominada ACUSADA, estabelecida à alameda São Miguel, nº 19 - Bairro São Miguel, no município de Mato Verde, em Minas Gerais, foi declarada vencedora do lote 06, com a oferta de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por metro cúbico de água, para uma quantidade de 96.348 m³ (noventa e seis mil e trezentos e quarenta e oito metros cúbicos), totalizando R\$ 4.721.052,00 (quatro milhões, setecentos e vinte e um mil e cinquenta e dois reais), e do lote 24, com a oferta de R\$ 34,99 (trinta e quatro reais com noventa e nove centavos) por metro cúbico, para uma quantidade de 37.674 m³ (trinta e sete mil e seiscentos e setenta e quatro metros cúbicos), totalizando R\$ 1.318.213,26 (um milhão, trezentos e dezoito mil, duzentos e treze reais com vinte e seis centavos), conforme Ata de Registro de Preços nº 136/2022 (SEI nº 65410732), do Pregão Eletrônico para registro de Preços nº 166/2022, planejamento SIRP nº 166/2022, conforme ressaí do processo SEI nº 1070.01.0001099/2022-02;
II - em 04 de novembro de 2022, foram encaminhados à ACUSADA, via email (SEI nº 65422869), os Cronogramas de Prestação de Serviço emitidos pela Cede dos municípios de Aricanduva (SEI nº 65931198), Ibiaí (SEI nº 65930183), Jequitaiá (SEI nº 65971160), Ponto Chique (SEI nº 65948777), Santa Fé de Minas (SEI nº 65948649) e Várzea da Palma (SEI nº 65948414), porém, conforme declarações emanadas pelos Compecds dos referidos municípios (SEI nº 65463139, nº 65949197, nº 65476607, nº 65566467, nº 65948999, nº 65561926), a ACUSADA deixou de cumprir as entregas previstas, como se vê nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Aricanduva/MG (Cronograma de Prestação de Serviço nº 21)

| COMUNIDADE | QTDE. DE ÁGUA PREVISTA (M³) | QTDE. DE ÁGUA ENTREGUE (m³) | QTDE. DESCUMPRIDA (M³) | VALOR TOTAL POR COMUNIDADE |
|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|----------------------------|
| BARRA DO CAPUCHO | 39 | 0 | 39 | R\$ 1.911,00 |
| BELA VISTA | 39 | 0 | 39 | R\$ 1.911,00 |
| BOM JESUS | 78 | 0 | 78 | R\$ 3.822,00 |
| CAPUCHO | 65 | 0 | 65 | R\$ 3.185,00 |
| COMUNIDADE BEM VIVER | 39 | 0 | 39 | R\$ 1.911,00 |
| JUAZEIRO | 26 | 0 | 26 | R\$ 1.274,00 |
| MUTAMBA | 117 | 0 | 117 | R\$ 5.733,00 |

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320230607012329013.

Publicação (68319654)

SEI 1370.01.0024558/2023-96 / pg. 8

QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023 – 3

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **VIVIANE CAMARGO MENDES**, MASP 1054784-2, para a função gratificada FGD-4 ED1100818 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **GUSTAVO PATROCINIO AMORIM**, MASP 1428048-1, para a função gratificada FGD-3 ED1100157 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **ALINE REZENDE MACHADO**, MASP 1160901-3, para a função gratificada FGD-4 ED1101044 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **MARCELEIA CRISTINA FERREIRA SILVA**, MASP 1268843-8, para a função gratificada FGD-5 ED1101030 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **JANETE GONÇALVES**, MASP 866493-0, para a função gratificada FGD-4 ED1100299 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **GISLAINE ILZA SIQUEIRA DE ABREU**, MASP 1152704-1, para a função gratificada FGD-1 ED1100455 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **LIDIANE REIS ALVES PIMENTA**, MASP 1266953-7, para a função gratificada FGD-5 ED1101430 da Secretaria de Estado de Educação.

autoriza, nos termos do art. 87, I, da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, e do art. 8º e art. 10, do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a adjução da servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Estado de Educação, à Prefeitura Municipal de Taiboeiras, de 01/02/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cedente, para regularizar situação funcional:
SRE Araucaí
ORLANDA RODRIGUES FERREIRA, MASP 1010753-0, EEB - ADM 2.

autoriza, nos termos do art. 87, I, da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, e do art. 8º e art. 10, do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a adjução da servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Estado de Educação, à Prefeitura Municipal de Taiboeiras, de 01/02/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cedente, para regularizar situação funcional:
SRE Araucaí
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA SANTOS, MASP 336081-5, PEB - ADM 2.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **autoriza**, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 48.176, de 15 de abril de 2021, a servidora abaixo relacionada, em exercício na Secretaria de Estado de Educação, a afastar-se integralmente de suas atribuições, até 30/11/2026, para participar de Doutoradoem Educação Especial, ministrado pela Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos/SP, com ônus limitado para o Estado:
JANE MOREIRA DE CARVALHO, MASP 1013339-5, ADMISSÃO 3, PEBIB, EE PROFESSORA MARIA CECILIA DE MELO, EM BELO HORIZONTE/MG, SRE METROPOLITANA A.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **autoriza**, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 48.176, de 15 de abril de 2021, a servidora abaixo relacionada, em exercício na Secretaria de Estado de Educação, a afastar-se integralmente de suas atribuições, de 12/6/2023 a 1/9/2023, para participar do Curso de Formação Técnico Profissional - CFTP / EDITAL SEJUSP Nº. 002/2021 de 17 de agosto de 2021, em Belo Horizonte/MG, em observância à Lei 15.788, de 27 de outubro de 2005, com ônus limitado para o Estado:
DÉBORA CRISTINA DE MOURA LIMA, MASP 1393133-2, PEBIIC, ADMISSÃO 3.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **autoriza**, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 48.176, de 15 de abril de 2021, a servidora abaixo relacionada, em exercício na Secretaria de Estado de Educação, a afastar-se integralmente de suas atribuições, até 28/2/2026, para participar de Doutorado em Geografia - Tratamento da Informação Especial, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, com ônus limitado para o Estado, com bolsa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES:
ROSILENE APARECIDA DO NASCIMENTO, MASP 1249752-5, ADMISSÃO 3, PEBIIC, EE PROFESSORA NAIR DE OLIVEIRA SANTANA, EM BELO HORIZONTE/MG, SRE METROPOLITANA B.

06 1800151 - 1